



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À POBREZA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DE SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

Sibele Vasconcelos de Oliveira
Rayssa Vieira Kruger
Ednalva Félix das Neves
Alessandra Troian

Resumo:

O processo de formação econômica no Brasil é marcado por conflitos de interesse e poder em torno da posse e acesso à terra. Destarte, a concentração de terra é resultado desse processo que marca a estrutura agrária do país, a qual contribui para uma série de problemáticas socioeconômicas na contemporaneidade, como a pobreza rural, por exemplo. Neste sentido, as políticas transversais e intersectoriais, como o Programa Bolsa Família (PBF), emergem como alternativas de promoção ao desenvolvimento socioeconômico no campo. Neste sentido, o presente estudo visa analisar a dinâmica de reprodução dos assentados rurais do município de Santana do Livramento/RS a partir da avaliação do acesso ao sistema de proteção social por parte dos assentados rurais. Metodologicamente a pesquisa classifica-se como qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica e da análise de dados secundários e informações documentais obtidas junto aos sítios oficiais do Ministério da Cidadania (MC), a base do Cadastro Único, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA). Os resultados apontam que Santana do Livramento experimentou transformações importantes em seu espaço agrário a partir da implantação de projetos em reforma agrária. Através da instalação de dezenas de assentamentos rurais, desencadeou novas formas produtivas e relações de trabalho, no entanto, tais dinâmicas mostram-se dependentes de políticas públicas complementares, como o Programa Bolsa Família.

Palavras-Chaves: Proteção Social. Políticas transversais. Assentados.

Abstract:

The process of economic formation in Brazil is marked by conflicts of interest and power over land tenure and access. Thus, the concentration of land is the result of this process that marks the agrarian structure of the country, which contributes to a series of socioeconomic problems in the contemporary world, such as rural poverty. In this sense, cross-sectoral and intersectoral policies, such as the Bolsa Família Program (PBF), emerge as alternatives to promote socioeconomic development in the countryside. In this sense, the present study aims to analyze the reproductive dynamics of rural settlers in the municipality of Santana do Livramento/RS to assess the access to the social protection system by the rural settlers. Methodologically the research is classified as qualitative, carried out through a bibliographical research and analysis of secondary data and documentary information obtained from the official sites of the Ministry of Citizenship (MC), the basis of the Cadastro Único, the Brazilian Institute of Geography and Statistics IBGE) and the Institute of Applied Economic Research (IPEADATA). The results indicate that Santana do Livramento underwent important transformations in its agrarian space from the implantation of agrarian reform projects, through the installation of dozens of rural settlements, triggered new productive forms and labor



relations. However, such dynamics are dependent on complementary public policies, such as the Bolsa Família Program.

Keywords: Social Protection. Cross-cutting policies. Seated.

1 INTRODUÇÃO

O processo de formação econômica do Brasil é assinalado por conflitos de interesse e poder que circundam a posse e o acesso à terra. Por ser altamente concentrada, a estrutura agrária do país contribui para uma série de problemáticas socioeconômicas na contemporaneidade, que incluem desigualdades no acesso aos recursos para produção agropecuária e na distribuição de renda, além da disseminação de pobreza e miséria no campo.

Não obstante, o período de redemocratização suscitou diversas frentes de luta, protagonizadas por movimentos sociais, a citar: os assalariados do campo, atuantes por melhores condições e salários; os posseiros, em atividades contra a grilagem e rapinagem dos latifundiários e empresas rurais; os sem-terra, com acampamentos e ocupações (MATTEI; ANDRADE, 2017). Por meio da mobilização coletiva, os referidos atores exerceram influência sobre a inserção da temática agrária nas discussões e fóruns políticos.

De fato, no decorrer das últimas três décadas, observam-se plurais ações estatais instituídas com vistas à promoção do desenvolvimento rural e da justiça social. A despeito de seus gargalos, os I e II Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA) protagonizaram a implementação de diversos projetos em reforma agrária, especialmente aqueles de formalização e estruturação dos assentamentos rurais. Desde o lançamento do I PNRA até 2016, 9.402 assentamentos acolheram 1.082.285 de famílias de trabalhadores rurais (DATA LUTA, 2017).

Sob a perspectiva das famílias rurais, os assentamentos representam uma nova forma de produzir, de controlar o tempo de trabalho e de realizar outras práticas sociais inexistentes até sua formação. Contudo, para que as alterações socioculturais e econômico-institucionais sejam efetivadas, demanda-se um apropriado suporte das políticas públicas (BERGAMASCO, 1997, p. 47).

Neste sentido, as políticas transversais e intersetoriais emergem como alternativas de promoção ao desenvolvimento socioeconômico no campo. Em especial, no âmbito do sistema de proteção social brasileiro, mencionam-se as experiências do Programa Bolsa Família (PBF). Ao unificar programas similares e atender aos grupos em situação de vulnerabilidade



social, o PBF apresenta potencialidades no tocante à redução de privações de diferentes naturezas, sejam as monetárias e não monetárias (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2014).

Por ter sido arena de importantes transformações no espaço agrário, dada a instalação de 21 assentamentos rurais ao longo da década de 1990 (CHELOTTI; HESPANHOL, 2003), é mister analisar a dinâmica de reprodução dos assentados rurais do município de Santana do Livramento. Localizado na Região da Campanha do Rio Grande do Sul, o município apresenta a maior concentração de assentamentos do estado gaúcho (MELLO, 2008).

Através de pesquisa bibliográfica, implementa-se análise qualitativa para avaliar o acesso ao sistema de proteção social por parte dos assentados rurais. Para tanto, exploram-se dados secundários e informações documentais da atualidade, em um esforço de caracterização do contexto socioeconômico em que estão imersos e das privações a que estão submetidos.

O estudo está organizado em seis seções, a contar desta breve introdução. Em sequência, discorre-se sobre as especificidades do processo de desenvolvimento socioeconômico do rural brasileiro e seus principais desafios no tocante à promoção do bem-estar social. Por conseguinte, avaliam-se algumas políticas públicas atuantes no campo da assistência e previdência social. A seção 4 dedica-se a explicitar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Ainda, a seção 5 apresenta os principais resultados embasados na análise de dados secundários. Por fim, ilustram-se as conclusões do estudo, bem como as referências consultadas durante a elaboração da redação.

2 PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CAMPO: O CASO BRASILEIRO

As particularidades do processo de formação econômica do Brasil exerceram influência sobre o padrão de vida experienciado pelas populações urbanas e rurais nas diferentes regiões do país. Em especial, as transformações em curso durante as últimas décadas do século XX contribuíram para que a estrutura produtiva fosse modificada, com a implantação do modo de produção capitalista na agricultura, o intenso processo migratório no sentido rural-urbano e o crescimento da urbanização do país. Além do mais, observaram-se mudanças expressivas nos processos de trabalho, por meio da adoção de princípios e técnicas atrelados ao padrão global de acumulação de capital (MATTEI, 2016, p. 234), fatos que contribuíram para o redesenho do mercado laboral e o padrão de distribuição de renda.



Schneider e Verardi Filho (2000) ressaltam que as principais problemáticas vivenciadas pelas populações rurais mais vulneráveis têm natureza estrutural. Em suma, o processo desigual e excludente que assumiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro é condicionador dos fenômenos da concentração da renda rural e o aumento das disparidades e da exclusão no campo.

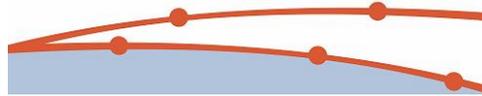
Para Graziano da Silva (1996), ao passo que o modelo de crescimento agroindustrial permitiu com que a produção e produtividade crescessem no campo, também desencadeou efeitos perversos, a citar: a ampliação drástica da concentração de renda, da proporção de pobres e da intensidade da pobreza que acomete a população rural. Destarte, conclui-se que o desenvolvimento da agricultura capitalista é por si mesmo contraditório: cria e destrói; gera riqueza de um lado e miséria de outro (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 60).

Vale evidenciar que é somente a partir da década de 1970 que o debate acerca das desigualdades sociais, da pobreza e dos descompassos do processo de desenvolvimento socioeconômico no meio rural ganhou força no Brasil. As discussões emergem da constatação de que apesar do crescimento econômico, o aumento da produção e renda não era acessível a toda sociedade (ROCHA, 2003).

Tendo em vista que a avaliação da realização e da melhoria dos membros da sociedade é parte essencial da análise do desenvolvimento (SEN, 1993), discorre-se a seguir sobre as condições de vida e bem-estar da população rural brasileira. A análise baseia-se na abordagem das capacitações proposta por Amartya Sen. Na busca pela definição de desenvolvimento, o referido autor critica as perspectivas que realizam análise restrita aos fatores monetários influentes sobre as condições de vida dos indivíduos. Neste sentido, a abordagem à dinâmica da renda per capita, da evolução da industrialização e do Produto Interno Bruto (PIB) são importantes para caracterizar os processos sociais, mas insuficientes para endossar uma análise robusta do processo de desenvolvimento. Logo, para Sen (2000), o desenvolvimento deve relacionar-se com a qualidade de vida e o bem-estar da população, considerando aspectos monetários e as múltiplas dimensões do viver em sociedade.

No rol das dimensões a serem percebidas quando da análise do desenvolvimento, estão aquelas que contemplam os fatores educacionais, financeiros, políticos e culturais sob os quais a sociedade está imersa. Por isto, é plausível observar o comportamento de variáveis deste perfil para dissertar sobre o fenômeno do desenvolvimento no rural brasileiro.

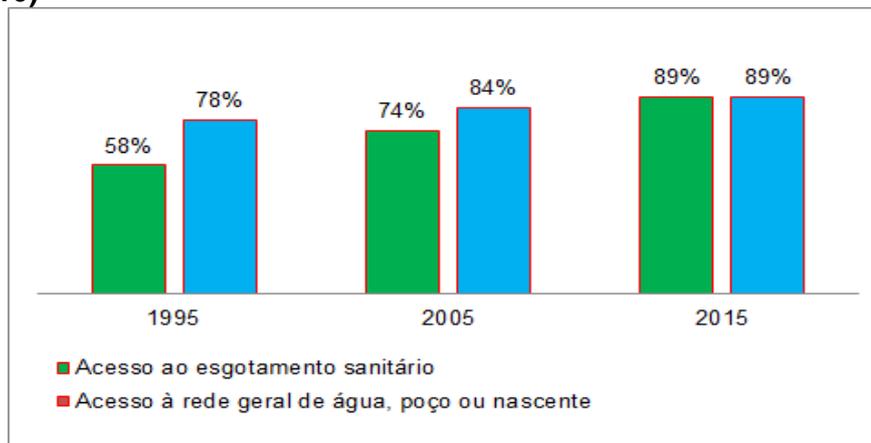
Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, provenientes do Censo Demográfico, indicaram que 29.852.986 de brasileiros residiam no meio rural em 2010



(15,7% da população total do país), de forma a ocupar cerca de 8,1 milhões de domicílios particulares permanentes. Embora o acesso aos serviços básicos tenha evoluído positivamente ao longo das últimas décadas, parte expressiva da população rural está suscetível a privações derivadas da falta de saneamento e acesso à água.

A figura 01 apresenta indicadores selecionados de acesso a serviços essenciais. Conforme dados do IBGE (2010), 58% da população detinha o acesso ao esgotamento sanitário em 1995, ao passo que em 2015 a proporção de residentes no rural com acesso à rede coletora, fossa rudimentar, fossa séptica e outros tipos de esgotamento cresceu, beneficiando 89% da população rural. O percentual de pessoas com acesso à água também foi ampliado no referido interstício, de forma que 89% da população rural possuía acesso à rede geral, poços e/ou nascentes de água em 2015.

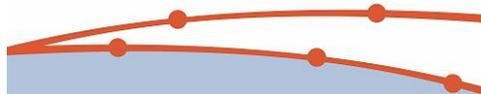
Figura 01 - Indicadores de acesso a serviços básicos (% da população rural brasileira em 2010)



Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

A ampliação do acesso aos serviços essenciais desde o período de estabilização macroeconômica no Brasil foi incapaz de transformar em totalidade o contexto de privações aos quais a população rural está suscetível. Segundo dados do IBGE, no ano de 2017, 19,1% da população que residia na área rural estava abaixo da linha de pobreza internacional¹. A título de comparação, na área urbana essa proporção era de 5,4% da população no mesmo ano.

¹ Linha de 1,90 dólares por dia (IBGE, 2019).



Cabe mencionar que a renda domiciliar per capita média da população urbana é aproximadamente três vezes maior do que a da população rural (R\$ 882,6 e R\$ 312,7 respectivamente). Ademais, 31,67% dos domicílios particulares permanentes do rural apresentavam rendimento nominal mensal de até um salário mínimo em 2010, isto é, R\$ 510,00 (IBGE, 2019).

De acordo com as informações comunicados pelo IBGE (2019), cerca de 7% dos domicílios rurais do Brasil não apresentavam rendimentos em 2010 (vide tabela 01). A mesma proporção é verificada para os domicílios com até ¼ de salário mínimo como rendimento nominal mensal. Considerando que a escassez de renda é fator determinante para a situação de pobreza e extrema pobreza, infere-se sobre suas potenciais causas, a saber, o desemprego, o baixo nível educacional, a desqualificação da mão de obra, a não competitividade das atividades produtivas agropecuárias, entre outros (COSTA; COSTA, 2016).

Tabela 01 - Classes de rendimento nominal mensal dos domicílios rurais do Brasil

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Domicílios particulares permanentes (Unidades)	
	2000	2010
Até 1/4 de salário mínimo	120.908	552.501
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	298.342	536.813
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.520.245	1.473.968
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.896.332	2.388.645
Mais de 2 a 3 salários mínimos	999.383	1.120.802
Mais de 3 a 5 salários mínimos	984.294	875.684
Mais de 5 a 10 salários mínimos	647.597	433.936
Mais de 10 a 15 salários mínimos	140.761	77.107
Mais de 15 a 20 salários mínimos	60.609	29.767
Mais de 20 a 30 salários mínimos	44.676	22.775
Mais de 30 salários mínimos	48.273	19.140
Sem rendimento	645.367	561.163
Total	7.406.788	8.092.302

Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

Em complemento, destaca-se que somente 26,5% da população rural adulta possui o fundamental completo, ante 60% da população adulta que vive nas cidades (IBGE, 2019). Para Serra (2017, p. 47), “o déficit de escolaridade da população rural dificulta a saída da



condição de pobreza, principalmente quando se consideram as possibilidades de ocupação em atividades não agrícolas ou da pluriatividade”. Sobretudo, a autora argumenta que o perfil das ocupações dos residentes rurais contribui para tal cenário de propagação de vulnerabilidades socioeconômicas, uma vez que predominam as atividades não agrícolas, concentradas no serviço doméstico e no trabalho de baixa qualificação na construção civil (SERRA, 2017, p. 47).

A esperança de vida ao nascer dos residentes no rural brasileiro também é inferior à população urbana. Em média, os indivíduos residentes nas cidades vivem três anos a mais do que os residentes no meio rural (74,5 anos e 71,5 anos, respectivamente) (PNUD; IPEA; FJP, 2014). A dificuldade de acesso aos serviços em saúde figura dentre as justificativas para as desigualdades supracitadas. Assume-se que devido ao baixo poder aquisitivo, à ausência de vínculo empregatício formal e plano de saúde privado, os residentes rurais acabam por vivenciar privações em saúde. Fatores infra estruturais, como as distâncias a serem percorridas para acesso aos serviços públicos, também impactam sobre as condições de vida da população rural (ARRUMA; MAIA; ALVES, 2018).

O entendimento acerca do processo de desenvolvimento influente sobre a população rural brasileira nos leva a discutir sobre a necessidade e importância das políticas públicas para a mitigação das externalidades negativas derivadas da consolidação do modo capitalista de produção no campo. Mormente, assume-se que a proteção social assume papel preponderante no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Dentre os programas sociais com maior alcance na atualidade, cita-se o Programa Bolsa Família (PBF). A seção seguinte dedica-se a explorar as estratégias de promoção de bem-estar social a partir da avaliação dos canais de atuação do PBF.

3 AS POLÍTICAS BRASILEIRAS EM PROTEÇÃO SOCIAL E REDUÇÃO DA POBREZA

A política pública é um conceito abstrato, colocada em prática através de meios concretos, sejam pelos programas, leis, prestações de serviços, subsídios, entre outros. A principal meta de uma política pública é resolver um problema existente, de forma a transformar realidades em vulnerabilidade socioeconômica (SECCHI, 2013; 2016). Sendo assim, as políticas públicas são de suma importância no desenvolvimento das nações. Quando implementadas, têm a capacidade de influenciar a vida dos cidadãos, as relações entre atores e o bem-estar social.



No Brasil, a promulgação da Constituição Cidadã em 1988 sinalizou para uma nova orientação das políticas públicas, com o fortalecimento da rede de ações em prol do desenvolvimento social. A expansão dos direitos civis e sociais, além da inserção da assistência social no marco abrangente da seguridade, representam a concepção universalista e inclusiva das políticas sociais. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a ampliação dos serviços de assistência social são exemplos de mínimos sociais previstos pelo Estado brasileiro em atendimento à população mais vulnerável (MORAES; MACHADO, 2017, p. 130).

Outrossim, Senna, Brandão e Dalt (2016) ressaltam que os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) ocuparam papel de destaque na agenda governamental do Brasil e demais países da América Latina na década de 1990. Conforme explicitam os autores, os PTCR figuraram “como uma das principais estratégias de combate à pobreza na região, associando a transferência monetária dirigida a famílias pobres à exigência de contrapartidas dos beneficiários, em geral nas áreas de saúde e educação” (SENN; BRANDÃO; DALTA, 2016, p. 149).

De fato, ao final dos anos 1990, foram lançados no Brasil os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Logo após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, foi criado o Programa Cartão Alimentação. Posteriormente, a unificação desses quatro programas dá origem ao Programa Bolsa Família (PBF) (MORAES; MACHADO, 2017, p. 130).

O PBF possui três pilares centrais: a transferência de renda, os programas complementares e as condicionalidades. A transferência direta de renda tem como objetivo possibilitar alívio imediato da pobreza; as ações e programas complementares visam criar oportunidades para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade, proporcionando a melhoria na condição de vida; já as condicionalidades têm como propósito reforçar os direitos à saúde e à educação, visando auxiliar a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza (MORAES; PITTHAN; MACHADO, 2018, p. 368).

Assim sendo, percebe-se que o PBF é um programa de transferência de renda condicionada que busca beneficiar as famílias que estão em vulnerabilidade socioeconômica. No período de sua criação, eram beneficiários do programa as famílias que detinham renda familiar per capita mensal inferior ou igual a R\$ 50,00. Já em 2014, depois de reajustes governamentais, seus benefícios passaram a ser concedidos à famílias com renda per capita mensal de até R\$ 77,00 (MDS, 2018).

Atualmente, o programa contempla famílias com renda per capita igual ou inferior a R\$ 170,00 e que tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, além de famílias consideradas em extrema pobreza com renda per capita de R\$ 00,00 até R\$ 89,00 (MDS, 2018). Os beneficiários recebem mensalmente um valor fixo, conforme apresentado pela tabela 02.

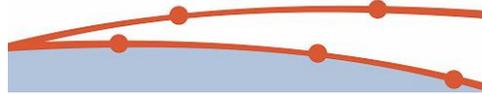
Tabela 02 - Classificação do Benefício do Programa Bolsa Família

Benefícios previstos	Perfil dos beneficiários do PBF	Repasso
Básico	Famílias com renda per capita de R\$00,00 à R\$89,00	R\$ 89,00
Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos	Famílias com renda per capita até R\$170,00 que tenham em sua composição crianças de 0 a 15 anos de idade	R\$ 41,00
Vinculado ao Adolescente	Famílias com renda per capita até R\$170,00 que tenham em sua composição jovens de 16 e 17 anos de idade.	R\$ 48,00
Vinculado à Gestante	Gestantes com até 8 meses de gestação, que já são beneficiárias do PBF.	R\$ 41,00
Vinculado à Nutriz	Famílias que tenham em sua composição recém-nascidos de até 9 meses de idade.	R\$ 41,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDS (2018).

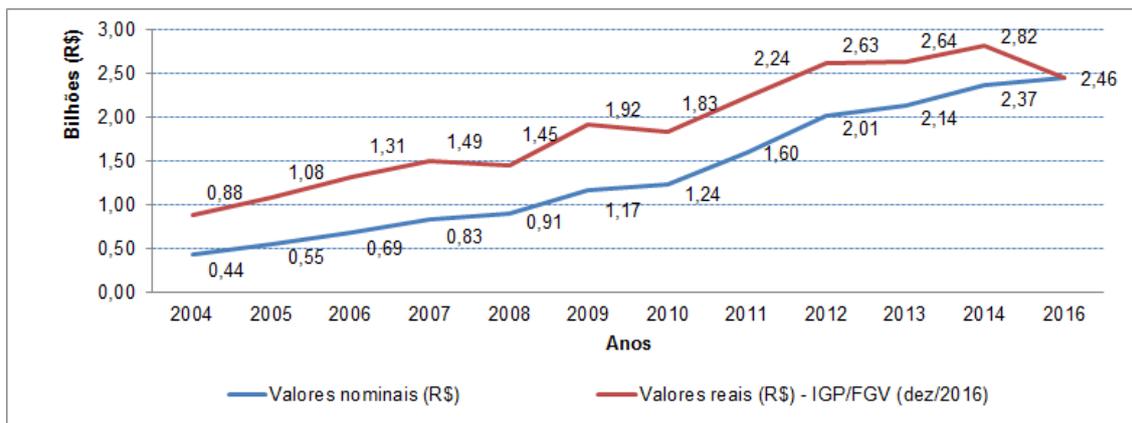
O valor total dos benefícios do Programa Bolsa Família ao longo dos meses de dezembro de 2004 a dezembro de 2016 pode ser verificado através da figura 02. Em dezembro de 2004, o valor nominal total das transferências do programa totalizou cerca de R\$ 440 milhões. Já em dezembro de 2016, o total de transferências somou R\$ 2,46 bilhões, o maior valor destinado ao programa desde sua instituição (IPEADATA, 2019).

Como o Programa Bolsa Família é um programa de condicionalidades, é necessário que as famílias cumpram com compromissos. O Ministério de Desenvolvimento Social faz o acompanhamento da frequência escolar de menores, exigindo para crianças de 7 a 15 anos frequência mínima de 75% e, para adolescentes de 16 e 17 anos, frequência mínima de 85%. Além do mais, as famílias devem comparecer à Unidades Básicas de Saúde para fazer acompanhamento de peso, altura e controle de vacinação das crianças de 0 a 7 anos e também informar se mulheres estão gestantes ou não. Ou seja, na área da saúde, a família deve manter a vacinação em dia e realizar o acompanhamento nutricional das crianças de 0



a 7 anos; as gestantes realizarem o acompanhamento pré-natal; e as gestantes e nutrizes devem participar das atividades educativas desenvolvidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e alimentação saudável (MDS, 2016).

Figura 02 - Valor total dos benefícios do PBF (Dez/2004 a Dez/2016)



Fonte: Adaptado de IPEADATA (2019).

As condicionalidades da transferência de renda têm como objetivo principal proporcionar a formação de capital humano no longo prazo, para ser possível a redução da pobreza (BATISTA, 2007; SOUZA, 2011). As consequências do descumprimento das mesmas estão divididas em quatro fases: 1ª) Advertência à família beneficiária, mas sem lhe suspender o benefício; 2ª) Bloqueio do benefício por um mês, recebendo-o no próximo mês juntamente com a nova parcela do auxílio; 3ª) Suspensão pelo período de dois meses, sem poder cobrar o auxílio bloqueado no próximo pagamento; 4ª) Cancelamento, em que a família é excluída do programa Bolsa Família (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, 2016).

No ano de sua instituição, que se deu pela Lei nº 10.836/2004, O Programa Bolsa Família beneficiou 6.571.839 famílias. Segundo dados divulgados pelo IPEADATA (2019), o número de beneficiários cresceu aproximadamente 106% entre 2004 e 2016. Para fins de ilustração, a figura 03 apresenta o número de famílias beneficiárias nos anos de 2004, 2010 e 2018.

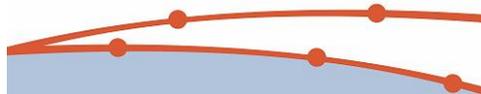
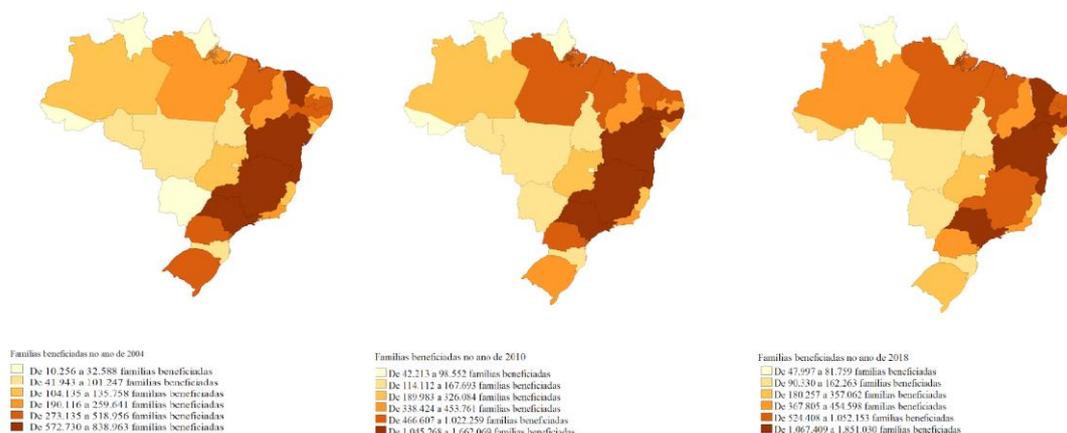


Figura 03 – Número de famílias beneficiárias nos anos de 2004, 2010 e 2018



Fonte: Adaptada com base nos dados do VIS DATA (2019).

As regiões Nordeste e Sudeste do Brasil apresentam o maior número de beneficiários na atualidade. Das 14.142.764 famílias participantes do programa, 50,35% vivem no Nordeste, 26,05% são do Sudeste, 12,64% do Norte, 6,14% do Sul e 4,82% do Centro-Oeste. Juntas, as cinco regiões do país receberam R\$ 30.625.641.619 através do repasse do PBF (VIS DATA, 2019).

No estado do Rio Grande do Sul, 367.805 famílias são beneficiárias do PBF. A quantidade de indivíduos contemplados com recursos para promoção do desenvolvimento humano é 132% maior do que aquela observada em 2004 (VIS DATA, 2019). De forma concomitante, o número de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza caiu 60,38% na primeira década de atuação do programa (IPEADATA, 2019).

Infere-se, sobretudo, que a diminuição do número de indivíduos em situação de extrema pobreza ao longo dos últimos anos no estado gaúcho pode ser consequente do Programa Bolsa Família. Segundo Testa et al., (2013, p. 1520), “as melhorias seriam decorrentes do aumento da renda, mas também das condicionalidades para permanência no programa”. Dentre as implicações positivas do programa à sociedade, citam-se a independização das famílias e a autonomia financeira.

Para conhecermos a abrangência e resultados preliminares do Programa Bolsa Família em Santana do Livramento, a seguir apresentam a metodologia para coleta e análise de dados sobre a realidade do município da mesorregião Sudoeste Rio-grandense.



4 METODOLOGIA

A presente pesquisa vale-se da abordagem qualitativa para avaliar as condições de acesso ao sistema de proteção social por parte dos assentados rurais do município de Santana do Livramento (RS). O estudo tem caráter descritivo e ancora-se em análise bibliográfica e documental para inferir sobre a realidade vivenciada pelas famílias de assentamentos de reforma agrária no referido município localizado na fronteira Brasil-Uruguai.

Fonseca (2002) destaca que a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas pré-existentes, disponíveis em meios escritos e eletrônicos, sejam estes livros, artigos científicos, websites, entre outros. Já a pesquisa documental faz consulta a fontes dispersas, cujo tratamento analítico ainda não foi realizado, tais como: tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais, entre outros (FONSECA, 2002).

Assim sendo, o estudo explora dados secundários e informações documentais da atualidade, em um esforço de caracterização do contexto socioeconômico em que estão imersos e das privações a que estão submetidos o público alvo de análise. Para tanto, foram consultadas as plataformas de dados do atual Ministério da Cidadania (MC), a base do Cadastro Único, o Portal Tab Social e o Sistema de gerenciamento e visualização de dados do MC (VIS DATA) para caracterizar os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Também serviram de fontes de consulta os websites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

Para fins de análise, os dados e informações disponíveis foram manipulados por meio de ferramentas de estatística descritiva. Medidas de tendência central e de variabilidade foram estimadas com a finalidade de descrever o comportamento do conjunto de dados amostrais coletados desde a instituição do PBF até os dias atuais.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O município de Santana do Livramento localiza-se na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, divisa com a cidade uruguaia Rivera. O município distancia 498 km da capital estadual Porto Alegre e 500 km de Montevidéu, capital do Uruguai. De acordo com o Censo Demográfico realizado em 2010, Santana do Livramento possui um Índice de



Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)² de 0,727, uma população estimada de 82.312 habitantes (2017), dos quais aproximadamente 8.054 vivem no meio rural. Com área de 6.941,613 km² (2016), constitui-se como o segundo maior município do estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial (IBGE, 2019).

Santana do Livramento faz parte do Bioma Pampa, com as características da campanha gaúcha e paisagem relativamente homogênea, predomínio de campos limpos, estrutura agrária baseada em propriedades com vasta extensão territorial e atividade econômica predominantemente pastoril (AGUIAR; MEDEIROS, 2010).

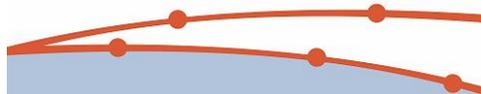
Entretanto, na década de 1990, o município passou a compor o mapa da reforma agrária brasileira, desenvolvendo os primeiros assentamentos rurais. Atualmente o município conta com 30 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo o município com maior número de assentamentos no Rio Grande do Sul. Juntos os assentamentos possuem área de 26.258 hectares e abrigam aproximadamente 900 famílias (INCRA, 2019; AGUIAR, 2011), conforme exposto na tabela 03.

Medeiros (2001) afirma que a disseminação de assentamentos rurais permitiu recuperar as forças sociais para o desenvolvimento rural presentes na agricultura familiar. Para a autora, os assentamentos rurais configuram-se com uma "sementeira" de agricultores familiares que são inseridos diretamente na vida rural. Além do desempenho econômico dos agricultores familiares assentados, ocorre uma melhoria do padrão nutricional, aliada a educação e formação de crianças e jovens, dinamizando as sociedades locais.

Tabela 03 - Assentamentos rurais em Santana do Livramento (2017)

NOME DO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	ÁREA	DATA DA CRIAÇÃO
Cerro do Munhoz	61	1.577,00	10/06/1992
São Joaquim	37	1.040,10	11/11/1996
Santo Angelo	15	481,42	21/11/1996
Apolo	34	950,06	11/11/1996
Bom Sera	24	747,87	05/12/1996
Coqueiro	31	980,10	10/12/1996
São Leopoldo	43	1.264,00	04/06/1997
Recanto	23	665,00	29/08/1997

² IDHM: medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano municipal (IPEADATA, 2019).



Frutinhas	19	565,28	15/10/1997
Posto Novo	21	665,29	14/10/1997
Santa Rita II	20	697,00	14/10/1997
Capivara	23	693,85	23/11/1998
Pampeiro	44	1.338,81	17/12/1998
Sepé Tiarajú III	41	1.340,71	06/04/2006
São João II	26	782,85	26/07/2006
Herdeiros de Oziel	35	997,28	02/04/2007
Banhados Grande II	11	258,39	02/04/2007
Ibicuí	59	1.374,64	20/06/2008
União Rodeiense	17	387,00	02/12/1999
Nova Esperança	43	1.216,00	13/12/1999
Esperança da Fronteira	21	422,00	09/10/2000
Nova Madureira	24	596,82	10/12/2001
Torrão	19	505,54	13/03/2002
Rincão da Querência	3	202,12	20/02/2002
Paraíso II	7	136,00	05/12/2002
Roseli Nunes	56	1.742,37	05/12/2002
Conquista do Cerro da Liberdade	68	2.475,57	12/12/2002
Fidel Castro	58	1.499,88	08/08/2005
Leonel Brizola	13	353,34	08/08/2005
31 de Março	11	301,85	06/04/2006

Fonte: Adaptado de INCRA (2019).

De acordo com Aguiar (2011), os assentamentos rurais representaram mudanças significativas na região, contrastando com a paisagem e dinâmica das grandes propriedades rurais. As famílias vindas de diversas regiões do estado introduziram novas formas de organização no campo, nas formas de produção e cultivo, a partir de relações socioeconômicas diversificadas (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013, TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Moreira, Costa e Bidarte (2015) revelam que o processo de instalação dos assentamentos rurais de reforma agrária em Santana do Livramento desencadeou alguns constrangimentos, a saber:

[...] a chegada das famílias sem-terra despertou preconceito e discriminação por parte de alguns moradores do município. Esses fatos influenciaram diretamente na adaptação na nova terra. Primeiramente, tiveram de se adaptar ao ambiente, com campos abertos a perder de vista, ao contrário de seu local



de origem; depois ao clima, que é muito frio no inverno e intenso calor no verão, com períodos de pouca chuva. Outro fato que causou estranhamento aos recém-chegados foi o isolamento em relação à vida comunitária, que pela baixa densidade demográfica tem um pequeno número de comunidades rurais (igrejas, clubes, armazéns), diferentemente das áreas de origem dos assentados (MOREIRA; COSTA; BIDARTE, 2015, p. 11).

Assim sendo, apesar dos avanços observáveis na forma organizativa da produção no campo, há a presença de inúmeras fontes de privação derivadas do próprio processo de assentamento das famílias, bem como da própria formação econômica do município. Em síntese, Santana do Livramento caracteriza-se pela desigualdade social, sendo que 5% da população estava em situação de extrema pobreza em 2010. Do total de 4.123 indivíduos em extrema pobreza em 2010, 1.133 viviam no campo (IBGE, 2010).

Frente a este cenário, ações promovidas pela rede de proteção social assumem papel de suma importância, especialmente porque oportunizam canais para que as populações mais vulneráveis possam superar as fragilidades socioeconômicas. Neste sentido, ressalva-se que no município de Santana do Livramento 10.636 famílias estavam inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2018 (SAGI/MC, 2019).

Segundo informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social (SAGI/MC, 2019), no referido município, 3.370 famílias apresentavam renda per capita familiar de até R\$ 89,00 em dezembro de 2018. No mesmo período, 1.929 detinham renda per capita familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 2.783 com renda per capita familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo e 2.554 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) 4.551 famílias³ em dezembro de 2018, cujo benefício médio era de R\$ 160,55. Neste período, o governo federal repassou R\$ 730.672,00 aos beneficiários de Santana de Livramento, representando uma cobertura do programa de 75,67% em relação à estimativa de famílias pobres do município (SAGI/MC, 2019).

³ Essas famílias representam 14,31% da população de Santana do Livramento, e contempla 1.099 famílias que, sem o PBF, estariam vivendo em situação de extrema pobreza (SAGI/MC/ 2019).

**Tabela 04 – Cadastros gerais no Programa Bolsa Família em Santana do Livramento/RS**

CADASTROS NO PBF	ANOS	
	2016	2018
Total de famílias cadastradas	11.580	10.636
Famílias cadastradas com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00	2.289	3.370
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	3.136	1.929
Famílias cadastradas com renda per capita mensal entre R\$ 178,01 e 1/2 salário mínimo	3.754	2.783
Famílias cadastradas com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	2.401	2.554
Total de pessoas cadastradas	33.651	27.967
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal de R\$ 0,00 até R\$ 89,00	7.906	10.503
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00	10.527	6.044
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal entre R\$ 178,01 e 1/2 salário mínimo	11.035	7.528
Pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo	4.183	3.892

Fonte: Adaptado de SAGI/MC (2019).

O acompanhamento da frequência escolar em novembro de 2018, condicionalidade exigida para o acesso e manutenção do benefício do PBF, atingiu a porção de 97,6% das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos (3.968 alunos) e 89,7% para os jovens entre 16 e 17 anos (944 jovens). Por sua vez, o acompanhamento da saúde das famílias, em junho de 2018, foi de 55,2% (SAGI/MC, 2019). Em comparação à média nacional, a SAGI/MC (2019) classifica o acompanhamento da frequência escolar e de saúde em Santana do Livramento como muito bom e baixo, respectivamente.

A figura 04 apresenta o número de famílias assentadas de reforma agrária cadastradas junto ao Cadastro Único no período de 2012 a 2018 em Santana do Livramento. Os dados estatísticos disponíveis aos pesquisadores demonstram o crescimento contínuo do número de famílias cadastradas até meados do ano de 2016. A partir do mês de agosto de 2016, o número de famílias cadastradas decaiu, de forma que em novembro de 2018 o número de famílias vinculadas ao Cadastro Único cadastradas era de 632 (SAGI/MC, 2019).

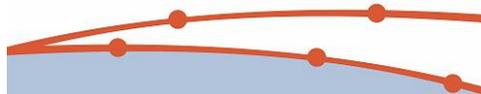
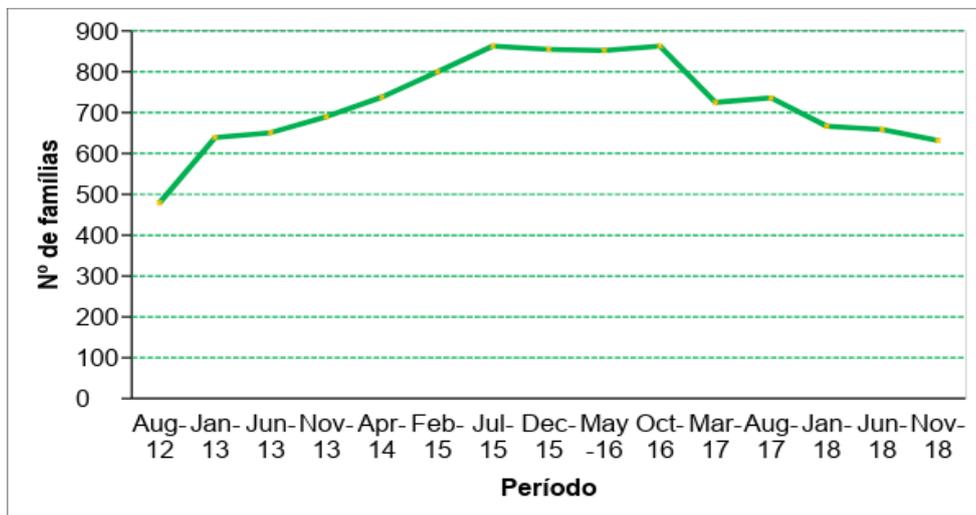


Figura 04 – Número de famílias de reforma agrária cadastradas junto ao CadÚnico



Fonte: Adaptado de SAGI/MC (2019).

Em janeiro de 2019, 575 famílias assentadas da reforma agrária e 178 famílias acampadas estavam cadastradas no Cadastro Único, das quais 303 e 40 eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, respectivamente (SAGI/MC, 2019).

A tabela 05 apresenta o número de famílias assentadas de reforma agrária de Santana do Livramento que estão cadastradas junto ao Cadastro Único⁴, ao Programa Bolsa Família e ao CAD 77⁵. As informações são disponibilizadas tendo em vista a vinculação dos indivíduos aos diferentes assentamentos rurais de Santana do Livramento. Dos 30 assentamentos rurais do município, somente dois não apresentaram famílias beneficiárias do PBF em abril de 2016.

⁴ Criado em 2003, o Cadastro Único (CadÚnico) é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, tais como os benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros (MC, 2019).

⁵ Famílias extremamente pobres (renda familiar por pessoa de até R\$ 77,00) cadastradas junto ao Cadastro Único.

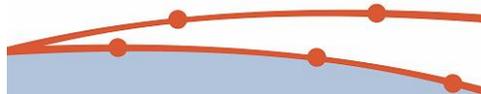


Tabela 05 – Famílias assentadas de Santana do Livramento cadastradas junto ao Cadastro Único (Abril/2016)

NOME DO ASSENTAMENTO	Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADA NO CAD ÚNICO	Nº DE FAMÍLIAS NO CAD 77	Nº DE FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PBF (04/2016)
Cerro do Munhoz	55	22	6
São Joaquim	30	12	1
Santo Ângelo	14	7	4
Apolo	29	11	3
Bom Será	23	10	5
Coqueiro	29	12	4
São Leopoldo	43	17	11
Recanto	18	11	6
Frutinhas	15	2	0
Posto Novo	20	9	2
Santa Rita III	18	12	5
Capivara	20	9	4
Pampeiro	42	17	10
Sepé Tiarajú III	37	16	9
São João II	23	11	9
Herdeiros de Oziel	31	13	6
Banhado Grande II	11	5	2
Ibicuí	54	24	13
União Rodeiense	16	6	0
Nova Esperança	28	7	3
Esperança da Fronteira	19	9	2
Nova Madureira	21	16	3
Torrão	18	6	3
Rincão da Querência	3	2	1
Paraíso II	7	2	1
Roseli Nunes	52	27	11
Conquista do Cerro da Liberdade	57	23	17
Fidel Castro	52	26	5
Leonel Brizola	11	4	1
31 de Março	11	7	4

Fonte: Adaptado de INCRA (2019).

No mesmo período, os assentamentos rurais denominados Rincão da Querência, São João II e 31 de Março continuam a maior proporção de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação ao número total de famílias assentadas (33,33%, 34,62% e 36,36%, respectivamente). Contudo, os assentamentos com o maior número absoluto de famílias consideradas extremamente pobres eram Roseli Nunes, Fidel Castro e Ibicuí (INCRA, 2019).

Em média, 90,19% das famílias de cada assentamento rural de Santana do Livramento está vinculada ao Cadastro Único. Em cinco assentamentos (São Leopoldo, Banhado Grande II, Rincão da Querência, Paraíso II e 31 de Março) todas as famílias assentadas foram



cadastradas em 2016. Infere-se que o registro das famílias é importante indicador da cobertura e do acesso ao Programa Bolsa Família (INCRA, 2019). A eficiência das equipes gestoras do PBF pode determinar o alcance da cobertura do programa, bem como a capacidade de promoção do desenvolvimento humano nas regiões rurais alvo de políticas de reforma agrária.

É crucial também a disposição de condições materiais e financeiras para que as diferentes ações veiculadas ao Programa Bolsa Família possam ser efetivadas. Os esforços e recursos para o atendimento às demandas das regiões rurais devem ser redobrados, já que o acesso ao meio rural é dificultoso, dados os problemas de infraestrutura, as más estradas e poucas alternativas em termos de transporte públicos.

Para fins de ilustração, cabe mencionar que os assentamentos rurais em Santana do Livramento são espacialmente dispersos, dada a grande dimensão territorial da Campanha Gaúcha (CHELOTTI; PESSOA, 2006), apresentando muitas vezes infraestrutura viária deficiente, de forma a dificultar o alcance das políticas públicas.

Silva et al., (2017) defendem que a eficiência das políticas públicas está condicionada às interfaces estabelecidas entre os mecanismos de ação dos programas e seu público alvo.

Dessa forma, um dos grandes desafios é conhecer o local em que se pretende aplicar a política, harmonizar junto à equipe implementadora quais são os objetivos a serem alcançados e aparelhá-la com boa qualidade de recursos humanos/materiais. A capacidade decisória às adequações e adaptações dos atores locais às ações públicas é fator preponderante que auxilia o bom resultado do processo de estabelecimento da política. A interação da política entre o governo e os diversos atores distribuídos entre o ciclo das políticas é essencial para um bom resultado de sua implementação (SILVA et al., 2017, p. 37).

Daí infere-se que o alcance ao desenvolvimento nas áreas rurais de Santana de Livramento perpassa também as especificidades das relações sociais entre implementadores da política pública e seus beneficiários. Conhecer a realidade social é um dos primeiros passos no longo processo de promoção de bem-estar. Espera-se, sobretudo, que o presente estudo possa fornecer subsídios para que gestores e comunidade possam conhecer suas fragilidades e potenciais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, Santana do Livramento experimentou transformações importantes em seu espaço agrário. A implantação de projetos em reforma



agrária, através da instalação de dezenas de assentamentos rurais, desencadeou novas formas produtivas e relações de trabalho.

Desde então, a realidade socioeconômica instaurada contrasta com a estrutura agrária predominante na Campanha Gaúcha, caracterizada pelas grandes propriedades e latifúndios. Dessa forma, a assistência ao público beneficiado pela política agrária perpassa o acesso aos meios de produção agropecuário, incluindo também a necessidade da criação de meios de reprodução socioeconômica.

O cadastro das famílias assentadas junto ao CadÚnico e ao Programa Bolsa Família apresenta-se como uma das alternativas de superação das vulnerabilidades passíveis de serem promovidas pelos agentes públicos. Ao acessarem os benefícios do PBF, as famílias assentadas passam a ter acesso a recursos monetários para arcar com sua subsistência. Além do mais, as condicionalidades do programa permitem com que os indivíduos desenvolvam a consciência da importância do acesso aos serviços em saúde e educação. Argumenta-se que mães, crianças e jovens que vivem nos assentamentos rurais figuram dentre os principais beneficiários das políticas transversais instauradas pelo governo brasileiro.

Para que o alcance das ações públicas seja universal, alguns gargalos precisam ser suplantados. Cita-se a necessidade da inversão de recursos financeiros e materiais a ações multiprofissionais que atentem ao público da reforma agrária, da interação entre as diferentes equipes executoras do PBF, entre outros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade:** os assentamentos de Santana do Livramento, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AGUIAR, J. S.; MEDEIROS, R. M.V. Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 226-258, ago. 2010.

AMARTYA, S. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, 1993.

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n. 6, p. 1-14, 2018.



BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, dez., 1997.

CHELOTTI, M. C.; HESPANHOL, R. A. M. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'ana do Livramento-RS. **Formação (Online)**, v. 2, n. 10, 2003.

CHELOTTI, M. C.; PESSOA, V. L. S. Assentamentos rurais e as transformações territoriais no Pampa Gaúcho/RS/BR. In: 6ª Bienal Coloquio de Transformaciones Territoriales, 2006, Santa Fé/AR. 6ª Bienal. Santa Fé/AR : UNL, 2006.

COSTA, R. F. R.; COSTA, G. C. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v. 54, n. 3, p. 537-560, 2016.

GRAZIANO DA SILVA, F. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas e estatísticas**, 2019. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11 Nov. 2017.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

IPEADATA. **Social**, 2019. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 2 fev. 2019.

MORAES, V. D.; MACHADO, C. V. O Programa Bolsa Família e as condicionalidades de saúde: desafios da coordenação intergovernamental e intersetorial. **Saúde Debate**, v. 41, N. Especial 3, p. 129-143, 2017.

MATTEI, L. F.; ANDRADE, D. C. Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 83-106, fev., 2017.

MATTEI, L. O debate sobre a reforma agrária no contexto do Brasil rural atual. **Política & Sociedade**, v. 15, Edição Especial, p. 234-260, 2016.

MELLO, P. F. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 595-610, 2008.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Condicionalidades**, 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão**: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS.



Dissertação. UFRGS (Mestrado em Geografia) Porto Alegre, 2013.

MORAES, V. D.; PITTHAN, R. G. V.; MACHADO, C. V. Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. **Saúde Debate**, v. 42, n. 117, p. 364-381, 2018.

MOREIRA, J. G.; COSTA, A. M.; BIDARTE, M. V. D. A PRODUÇÃO ORGÂNICA NOS ASSENTAMENTOS EM SANTANA DO LIVRAMENTO: UMA ANÁLISE DE LIMITES E POSSIBILIDADES. In: 1º Observatório das Migrações do Estado do Ceará, 2015, Crato.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2014.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP, Fundação João Pinheiro. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2017.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAGI/MC, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social. **Dados**, 2019. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#VisãoGeral>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SCHNEIDER, S.; VERARDI FIALHO, M. A. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. **Teor. Evid. Econ.**, v. 8, n. 15, p. 117-150, 2000.

SECCHI, L. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000.

SENNA, M. C. M.; BRANDÃO, A. A.; DALT, S. Programa Bolsa Família e o acompanhamento das condicionalidades na área de saúde. **Serv. Soc. Soc.**, n. 125, p. 148-166, jan./abr., 2016.

SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano**. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. 181p.

SILVA, A. G. V. et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.

TESTA, M. G. et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública**, v. 47, n. 6, p. 1519-1541, 2013.

VIS DATA, Visualizador de Dados Sociais. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php>. Acesso em: 24 fev. 2019.

2019

IX Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional

Processos, Políticas
e Transformações

Territoriais

Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil

Dias: 11, 12 e 13 de setembro de 2019

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

